



Anais do I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana:
Mapeando a Política Externa do Cone Sul. Foz do Iguaçu, 2015.

Realização: Núcleo de Pesquisa de Política Externa Latino-Americana (NUPELA)

INTEGRAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA: UM ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO ALALC/ALADI E MERCOSUL

João Victor Souza da Silva¹
Ricardo Alaggio Ribeiro²

Resumo: O tema deste trabalho é integração econômica regional entre Brasil e Argentina. Deste modo, objetiva analisar os principais ensaios de regionalização entre os referidos países, ao longo do século XX e início de XXI em sua capacidade de promover a integração comercial entre os mesmos. Posteriormente à institucionalização formal do comércio internacional por meio da Conferência de *Bretton Woods*, 1944, assistiu-se à dicotomia entre o multilateralismo e as experiências de zonas de preferência comercial, na figura de processos ocorridos, principalmente, na Europa e América Latina. O livre comércio proposto mostrou-se desinteressante para alguns países, principalmente os de indústria frágil e nascente e com interesses estratégicos regionais, como Brasil e Argentina, de tal modo que ALALC/ALADI (Associação Latino-americana de Livre Comércio/ Associação Latino-americana de Integração) em seu modelo de regionalismo fechado indicou alternativa viável de industrialização e manutenção de interesses regionais na América Latina. Este modelo vigorou até a crise do acordo de *Bretton Woods*, e tendência à liberalização comercial e abertura financeira, em decorrência de crises fiscais nos governos nacionais e necessidade de maior flexibilização de fluxos de capitais. Configura-se assim o novo regionalismo, com objetivos e impactos comerciais diferentes sobre os referidos países, na figura do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Deste modo, este trabalho visa apresentar os impactos na integração comercial entre Brasil e Argentina da institucionalização de ALALC/ALADI e do MERCOSUL, como mais relevantes experimentos regionalistas ocorridos na região.

Palavras Chave: América Latina; Integração comercial; ALALC; MERCOSUL.

1 Introdução

Brasil e Argentina emergiram no cenário de negociações internacionais, enquanto nações soberanas, como duas relevantes potências econômicas regionais, em contraponto a sua situação desfavorável frente as grandes economias europeias e Estados Unidos. Por conseguinte, em função de similaridades e divergências em interesses geopolíticos, caracterizaram sua política externa recíproca como conflituosa ou cooperativa, sendo estes momentos objetos principais de análise deste trabalho, na figura das principais experiências de integração econômica entre os dois países, na América Latina.

Inicialmente, julga-se pertinente a percepção de Seitenfus (1989) quanto à condição das relações internacionais entre dois países. Para o autor, pode haver a indiferença e isolamento entre as nações, quando não partilham de conhecimento mútuo ou disputa por espaços de interesse. Ademais, quando o há, ocorrem conflitos geopolíticos. Deste modo, o período posterior à Segunda Guerra Mundial é marcado pela tendência global à cooperação e superação de conflitos, por meio da institucionalização do comércio global em decorrência da criação de organismos de regulação internacional.

Dathein (2005) alega que as posturas protecionistas adotadas pelas principais potências europeias posteriormente à crise de 1929, foram fortes causadoras de conflito. Assim, a regulação por meio da liberalização comercial foi interessante em virtude de reestabelecer a ordem no cenário internacional. Em 1944, assina-se o Acordo de *Bretton Woods*, pelo qual se estabeleceu o padrão ouro-dólar e foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí.

² Professor doutor do departamento de Economia da Universidade Federal do Piauí.

Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Todavia, em contraposta à tendência de liberalização multilateral, materializam-se experiências de regionalização ou preferências comerciais regionais, principalmente na Europa e América Latina. Frisa-se, pois, em consonância com Sabbatini (2001), que o livre comércio proposto buscava o multilateralismo e tinha nos processos regionais entraves para seu desenvolvimento.

Neste trabalho, adotar-se-á o entendimento sintético de regionalismo sob a ótica de Prazeres, como:

[...] todos os arranjos cooperativos definidos por políticas governamentais que estabeleçam preferências comerciais a grupo limitado de países [ou, mais precisamente, que beneficie apenas parte dos membros do sistema multilateral do comércio] (PRAZERES, 2007, p. 66).

Dessa forma, este trabalho se dedica ao estudo das principais experiências de integração ocorridas após a segunda guerra mundial entre Brasil e Argentina. Diga-se Associação Latino-Americana para o Livre Comércio (ALALC), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), atentando para sua influência sobre o processo de integração comercial entre os dois países, de modo a destacar o desempenho comercial atingido por estes de acordo com os objetivos institucionalizados regionalmente. Para além disso, busca-se perceber como ocorreu a complementaridade comercial entre das duas principais economias da América do Sul sob a égide do MERCOSUL, assumido como a mais bem sucedida experiência de integração entre eles.

2 Desempenho comercial de Brasil e Argentina sob a Associação Latino-americana de Livre Comércio

A formação histórica semelhante, já mencionada anteriormente, entre Brasil e Argentina, em função de suas condições de ex-colônias de exploração da península ibérica, refletiu sobre o posicionamento de ambos no comércio global, marcados como fortes exportadores agrícolas e consumidores de manufaturados europeus e dos Estados Unidos até o início do século XX. Conforme Fausto & Devoto (2004), na segunda metade do século XIX, café e produtos pecuários bovinos representavam, respectivamente, o equivalente a 40% das pautas de exportação de Brasil e Argentina, detendo o primeiro uma economia um pouco mais diversificada, apresentando o algodão como alternativa de exportação.

A industrialização nos dois países estruturou-se de modo mais significativo no período posterior a crise de 1929, pela necessidade de suprir o consumo de bens manufaturados frente limitada capacidade exportadora dos principais fornecedores europeus e Estados Unidos. No entanto, apesar de adotarem políticas econômicas industriais distintas, com um alinhamento de Dutra no Brasil, aos EUA e organizações do *Bretton Woods*, em discordância com políticas mais nacionalistas de Perón, na Argentina, ambos mantiveram relativa aproximação comercial no período (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

A insatisfação regional em relação às instituições mundiais de comércio foi base para uma maior aproximação entre os referidos países sul-americanos a partir da década de 1950, quando Getúlio Vargas demonstra interesses em integrar-se comercialmente à Argentina, principal parceira na região, mesmo não obtendo considerável apoio político interno para tal

feito (GRANATO, 2012).

A crescente população urbana em ambos os países, em decorrência da maior industrialização, aliadas a necessidade de produção em larga escala para suprir demandas crescentes, tornou desinteressante o retorno à economia primária. O bloco proposto surge então como alternativa viável, conforme Cavlak (2012), para a consolidação e expansão das respectivas indústrias nacionais, destacando assim Brasil e Argentina como líderes no processo, relacionando-se com economias bem mais frágeis e dependentes de sua base exportadora manufaturada.

O Tratado de Montevidéu, em 1960, institui a ALALC como uma zona de preferências tarifárias com vistas à formação de uma zona de livre comércio para posterior evolução de um mercado comum.

Pautado pelo aporte teórico de Prebich (1959), Kaplan (1968) afirma que o bloco tinha como objetivos primordiais ampliar os fluxos de mercados de bens finais, matérias primas e bens intermediários na região por meio de limitações tarifárias. Propunha-se assim, então, um processo de substituição de importações a nível regional, desenvolvendo uma melhor combinação de fatores em economias de escala e incentivando a complementaridade comercial regional, projetando as potências regionais em melhor posição nas negociações internacionais.

Neste processo, Brasil e Argentina beneficiavam-se, de acordo com Prazeres (2006), como “comercialistas”, expandindo mercados para seus manufaturados nos países vizinhos mais frágeis, em decorrência de sua superioridade industrial atrelada à abertura comercial na região. Os demais buscavam se promover sob o crescimento das economias mais dinâmicas, em postura “integracionista”.

Neste sentido, uma análise do processo de integração da ALALC sobre a dinâmica do comércio exterior de Brasil e Argentina recai sobre sua capacidade de promover o processo de substituição regional de importações e exportações, nestes países. De tal modo, verificar-se-á a evolução do desempenho das exportações de manufaturados sobre exportações totais, assim como a abertura comercial dos supracitados países, para com os totais integrados.

Atenta-se à Tabela 1 para percepção da relevância da indústria no comércio exterior de Brasil e Argentina, durante o período de institucionalização da ALALC.

Tabela 1 - Evolução de bens primários e manufaturas sobre exportações totais: Brasil, Argentina e média da ALALC (1962 – 1980).

Ano	Brasil		Argentina		ALALC	
	Primários (%)	Manufaturados (%)	Primários (%)	Manufaturados (%)	Primários (%)	Manufaturados (%)
1962	96,9	3,1	96,5	3,5	94,7	5,3
1963	97,0	3,0	94,3	5,7	95,7	4,3
1964	94,7	5,3	92,7	7,3	94,6	5,4
1965	92,3	7,7	94,4	5,6	94,6	5,4
1966	92,9	7,1	93,8	6,2	94,3	5,7
1967	90,2	9,8	91,9	8,1	93,8	6,2
1968	91,9	8,1	87,9	12,1	93,4	6,6
1969	90,3	9,7	86,4	13,6	91,7	8,3
1970	86,8	13,2	86,1	13,9	90,2	9,8
1971	84,8	15,2	84,9	15,1	88,1	11,9
1972	81,2	18,8	79,7	20,3	85,0	15,0
1973	80,4	19,6	77,6	22,4	83,3	16,7
1974	75,8	24,2	75,6	24,4	85,7	14,3
1975	74,7	25,3	75,6	24,4	86,2	13,8
1976	77,0	23,0	75,2	24,8	85,9	14,1
1977	74,9	25,1	76,1	23,9	84,8	15,2

1978	66,7	33,3	73,9	26,1	81,8	18,2
1979	62,4	37,6	75,9	24,1	82,3	17,7
1980	62,8	37,2	76,9	23,1	83,8	16,2

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2015).

As informações acima dispostas indicam a franca ascensão de bens manufaturados na pauta total de bens exportados por Brasil e Argentina, destacadamente, assim como também pela média dos países componentes da ALALC.

Em 1962, com o início da disponibilização dos dados e em processos de instauração da organização, observa-se a predominância absoluta das exportações de primários sobre as totais, apontando para proporções mais significativas que a média geral dos países associados, para Brasil e Argentina, superando 95% das exportações totais. Por outro lado, em 1980, em fins da institucionalização do bloco, observa-se uma substituição superior a 30% das exportações brasileiras e o equivalente a valores próximos de 20% e 10% na Argentina e na média geral do bloco, respectivamente.

Essa tendência de substituição de exportações corresponde à sofisticação da produção interna, muito em decorrência das instalações industriais promovidas desde os tempos posteriores à crise de 1929.

Observa-se, por sua vez, a correlação entre o processo de dinamização das exportações industriais e a integração comercial. Far-se-á pela análise da evolução da participação dos países membros da associação sobre o total do comércio externo de Brasil e Argentina. Segue a tabela demonstrativa:

Tabela 2 - Evolução do comércio exterior de Brasil e Argentina na ALALC, em relação ao comércio total (1962 – 1980).

Ano	Brasil		Argentina	
	Importações (%)	Exportações (%)	Importações (%)	Exportações (%)
1962	15,8	6,5	11,2	13,0
1963	17,6	6,0	12,9	14,6
1964	20,8	9,8	18,8	17,0
1965	25,1	12,7	24,3	16,8
1966	16,2	11,0	22,7	16,1
1967	13,8	10,0	23,2	19,6
1968	13,3	10,4	23,7	25,0
1969	13,3	11,2	23,5	22,9
1970	11,2	11,4	22,3	20,9
1971	8,9	12,6	21,4	21,2
1972	8,6	10,9	20,1	25,2
1973	8,9	9,5	19,8	25,1
1974	7,3	12,4	22,0	26,1
1975	5,8	15,2	23,2	31,1
1976	9,6	12,9	27,0	31,0
1977	11,2	13,0	24,1	28,1
1978	10,8	14,0	22,0	26,2
1979	12,6	17,1	22,8	26,9
1980	12,1	18,1	21,3	24,4

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2015).

É percebida tendência, em princípio, de aumento das importações brasileiras oriundas de países do bloco nos anos iniciais, acarretando em declínio proporcional às importações totais até os últimos anos de constituição da organização. Por outro lado, houve crescimento

quase em três vezes das exportações para a região.

Disso, permite-se incorrer que a abertura provocara um escoamento das exportações brasileiras, destacando o seu caráter manufaturado, e diminuição das importações, o que pode significar uma menor dependência do consumo interno brasileiro para com os países latino-americanos, se comparado à relação inversa.

O comércio exterior argentino apresenta comportamento relativamente diferente. Ocorre elevação proporcional entre o aumento das exportações e importações para os países latino-americanos em relação ao seu comércio total. Admitindo-se a evolução das exportações de manufaturados em relação às primárias, nos país, pode-se inferir que o mesmo integrou-se mais significativamente aos demais componentes do bloco que o Brasil.

Por fim, é compreendido que o processo de substituição regional de importações ocorreu de maneira mais sólida, conforme fundamentado pelo bloco, na Argentina, na medida em que este país conseguiu articular a dinâmica de sua produção e exportação industrial à abertura comercial para com os demais países, integrados, institucionalmente.

O Brasil, por sua vez, indicou avanço mais visível em seu processo de substituição de importações e exportações, apesar de não ter demonstrado abertura para as exportações intra-regionais dos demais países associados, não alcançando, por tanto, a integração comercial em si interligada à formação e consolidação de sua indústria nacional.

3 Desempenho comercial de Brasil e Argentina no processo de integração comercial da ALADI

As nítidas assimetrias existentes entre os países membros da ALALC, a qual confortara Brasil e Argentina, assim como México, em industrialização mais avançada, frente a economias predominantemente frágeis e primárias, foram reflexo das próprias práticas institucionais do bloco, por meio da instituição da “cláusula da nação mais favorecida”. Embasado em Granato (2012), afirma-se que a ALADI surge então com o intuito, por meio da quebra de tal cláusula, de limitar especializações regionais pautadas em vantagens comparativas, de modo que a partir de seu período de vigência aprofundam-se os acordos intra-regionais entre economias similares. Brasil e Argentina iniciam, assim, um processo de intercâmbio gradativo, setorial e flexível.

A quebra da cláusula fora talvez o principal avanço institucional da ALADI em relação à organização anterior, de modo que a adequação de países de renda e estrutura comercial mais frágeis (porém similares) aos chamados Acordos de Alcance Parcial provocou uma baixa nas exportações de manufaturados brasileiros na região, que se beneficiava da abertura comercial dos países de indústria menos competitivas que o Brasil (PRAZERES, 2006).

Compreende-se assim o período a partir de 1980 como de flexibilização dos acordos regionais e transição para o regionalismo aberto, praticado na América Latina destacadamente nos anos 1990. Foram os anos 80, conforme Arraes (2011), marcados por transições políticas e econômicas, no sentido de democratização e estabilização da economia, como fundamentação para os anos seguintes.

Admite-se, pois, que os avanços institucionais da ALADI frente a ALALC possibilitaram maior flexibilização dos acordos, para alcance de objetivos anteriormente assumidos pelo bloco anterior, de tal modo que permaneceram os ideais de estímulo ao processo de substituição de importações e exportações a nível regional, ainda que com margem para readequação em conformidade com o novo contexto e organização do comércio

internacional, por vir.

Portanto, quantitativamente se analisa o desempenho comercial de Brasil e Argentina em sintonia com os objetivos estabelecidos institucionalmente pela Associação Latino-Americana de Integração, no período de 1980 e 1990, com critérios similares aos adotados no estudo da ALALC.

A ALADI vigora até tempos atuais, no entanto, pela compreensão de sua condição de base para firmação de acordos sub-regionais, adotar-se-ão outras metodologias de análise para períodos a partir da década de 1990, pois neste momento outros organismos supranacionais, a respeito do próprio MERCOSUL, exercem mais influência sobre os países associados que o outro bloco primeiramente citado.

Partindo disso, busca-se ainda analisar o volume de exportação de manufaturados torais, e a evolução do comércio intra-bloco. Seguem-se tabela 3 e 4.

Tabela 3 – Evolução da exportação de bens primários e manufaturas sobre exportações totais: Brasil, Argentina e média da ALADI (1981 – 1990).

Ano	Brasil		Argentina		ALADI	
	Primários (%)	Manufaturados (%)	Primários (%)	Manufaturados (%)	Primários (%)	Manufaturados (%)
1981	60,9	39,1	80,4	19,6	81,6	18,4
1982	61,7	38,3	75,8	24,2	82,7	17,3
1983	60,6	39,4	83,7	16,3	79,1	20,9
1984	58,7	41,3	82,5	17,5	76,9	23,1
1985	56,3	43,7	78,6	21,4	74,5	25,5
1986	52,1	47,9	73,7	26,3	66,9	33,1
1987	50,4	49,6	68,4	31,6	67,5	32,5
1988	47,5	52,5	68,4	31,6	63,7	36,3
1989	46,1	53,9	64,9	35,1	63,5	36,5
1990	48,1	51,9	70,9	29,1	66,9	33,1

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2015).

Os dados acima apresentados permitem a constatação de comportamento similar na indústria exportadora de Brasil e Argentina, consagrando o processo de substituição de importações e exportações. Tanto Brasil como Argentina, em concordância com a média geral dos países membros, na década, houve evolução média de 10% da participação dos manufaturados nas exportações totais.

Fato importante a se observar é que ao final dos anos 1980, o Brasil caracteriza-se como uma economia industrial exportadora, quando os manufaturados superam a marca dos 50% das exportações totais, fato histórico no comércio exterior brasileiro. Economia relativamente mais frágil que a argentina no início do século, a brasileira supera em média de 20% os vizinhos no que se refere à participação da indústria no componente total dos produtos exportados.

Atenta-se, a seguir, à evolução da participação do comércio exterior a nível latino-americano para Brasil e Argentina, destacados sobre os membros totais da ALADI.

Tabela 4 - Evolução do comércio exterior intra-regional na ALADI, em relação ao comércio total: Brasil e Argentina (1981 – 1990).

Ano	Brasil		Argentina	
	Importações (%)	Exportações (%)	Importações (%)	Exportações (%)
1981	14,3	19,1	20,6	20,2
1982	17,0	15,0	29,8	21,0
1983	14,1	10,4	32,6	15,6
1984	15,6	11,3	36,4	21,1
1985	12,3	9,6	34,6	22,0
1986	12,8	14,4	34,6	26,5
1987	11,8	13,3	30,4	23,6
1988	12,5	12,6	33,1	22,5
1989	18,0	13,6	33,5	27,7
1990	17,7	11,6	33,1	27,4

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2015).

O comportamento do comércio exterior brasileiro apresenta forte mudança em relação ao período anteriormente analisado. As importações aumentam em 3 pontos percentuais, ao passo que as exportações decrescem em 7,5%. Por sua vez, Argentina continua a apresentar comportamento de integração comercial na América Latina, com crescimento relativamente proporcional de suas importações e exportações no bloco.

Pode-se inferir, pois, dada a queda das exportações brasileiras para a região que, muito em decorrência dos Acordos de Alcance Parcial os quais possibilitaram a constituição de zonas de preferência tarifária intra-bloco, o país perdeu mercado consumidor para sua indústria que detinha vantagens institucionais advindas de processos de liberalização comercial adotados na ALALC e com menos relevância na ALADI. Assim, pode-se perceber que a indústria brasileira beneficiou-se significativamente do mercado consumidor latino-americano para sua expansão, o que foi limitado pelas variações institucionais adotadas a partir da década de 1980. Dessa condição, deveu o país buscar alternativas comerciais que não o comércio com economias caracteristicamente tão assimétricas, como em período anterior.

Conclui-se, então, a capacidade da ALADI em promover a integração comercial argentina com os demais países latino-americanos, pela evolução de seu comércio exterior em via dupla, atrelado à maior participação do componente industrial no total de suas exportações. Contrariamente, a ALADI foi ineficaz na promoção da integração brasileira, ocasionando efeito inverso e perda significativa da participação do mercado consumidor latino-americano no total das exportações do país.

4 O novo regionalismo econômico e o Mercado Comum do Sul

O Mercado Comum do Sul, como expressão bem sucedida da integração comercial entre Brasil e Argentina no novo contexto do regionalismo, é reflexo da aproximação institucional materializada por uma série de acordos entre os dois países ainda na década de 1980, sobre a égide da ALADI.

Destacam-se, pois, a Declaração de Iguaçu, 1985, firmada entre o José Sarney e Raúl Afonsin, presidentes de Brasil e Argentina, respectivamente, com o intuito de privilegiar a complementação comercial e industrial entre os dois países. No ano seguinte estabeleceu-se a Ata para Integração Brasileiro - Argentina, base para o estabelecimento do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina, PICE.

De fundamental importância, o Tratado de Integração, Cooperação e

Desenvolvimento, 1988, objetivou o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre os dois países num prazo máximo de 10 anos. Dois anos depois é assinada a Ata de Buenos Aires com o desígnio de reduzir para 4 anos o prazo máximo, objetivando a conformação de um Mercado Comum (SCHMITZ, 2010).

Em 1991 assina-se o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, constituindo o Mercado Comum do Sul, ao passo que os dois últimos buscaram-se a adequar a nova forma de organização comercial de seus dois maiores parceiros na América do Sul (BARBOSA, 2010).

Arraes (2011) defende que o bloco surge como Zona de Livre Comércio e proposta de evolução para União Aduaneira com a utilização de uma TEC, e tinha por objetivos elevar a competitividade regional em nível internacional. Corresponde, então, à resposta regional ao contexto da globalização comercial global, em virtude da configuração econômica recente, mais aberta e integrada.

Ademais, Almeida (2011) categoriza os objetivos do processo de regionalização recente como a promoção da integração das quatro economias envolvidas por meio da articulação de suas políticas comerciais e macroeconômicas e da liberalização da circulação de bens, serviços e fatores produtivos.

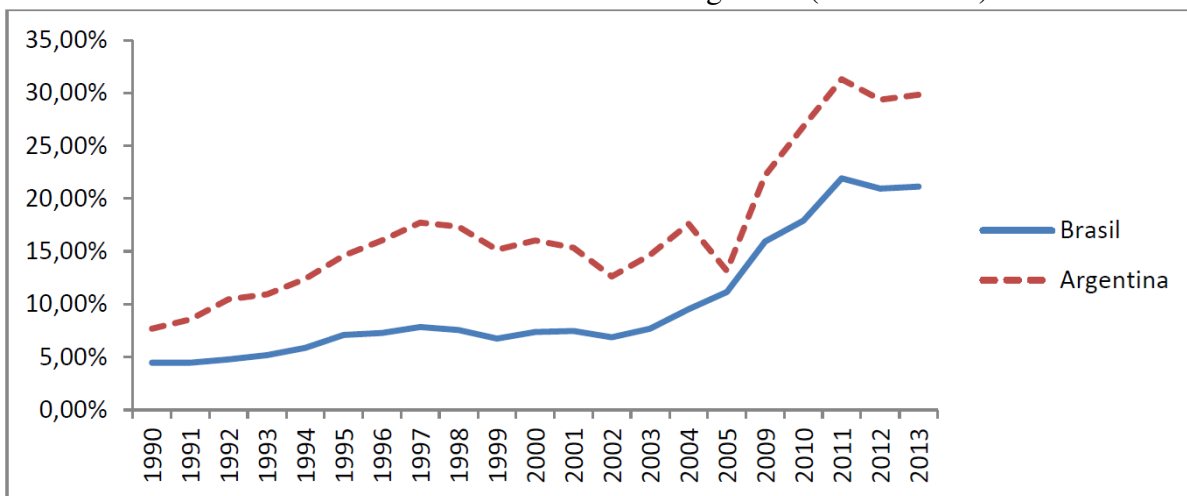
É notável o grau de interdependência entre as economias integradas. Ainda em consonância com Almeida (2011), os efeitos negativos de crises sobre Brasil e Argentina refletem danos ainda maiores às economias de Paraguai e Uruguai, totalmente dependentes do fluxo comercial com os demais do MERCOSUL, de modo que instabilidades ou anormalidades nas potências regionais influem diretamente sobre o funcionamento dos dois países periféricos.

Disso se admite que parâmetros de qualidade para o bloco como um todo podem partir fundamentalmente do bom desenvolvimento das economias de Brasil e Argentina, de modo que a análise de seu desempenho comercial no período corresponde paralelamente, como um paradigma de percepção da solidificação ou fragilização do processo de integração em sua plenitude.

Portanto, admitindo o MERCOSUL como produto e consequência da condição de Brasil e Argentina como potências de caráter regional, em conjuntura de abertura comercial e flexibilização das cadeias de comércio e produção, e em conformidade com o contexto do novo regionalismo e quebra de paradigmas desenvolvimentistas, adotar-se-ão como parâmetros para mensuração do desempenho comercial dos referidos países, no período, sua abertura e saldos comerciais, assim como sua participação nas exportações mundiais totais.

O gráfico que se segue expõe o grau de abertura comercial de Brasil e Argentina, mensurado pela participação da soma das exportações totais e importações totais, sobre o montante anual de seus produtos internos brutos.

Gráfico 1 – Grau de abertura comercial de Brasil e Argentina (1990 – 2013)³.



Fonte: Elaboração própria com base em INDEC; MDIC (2014).

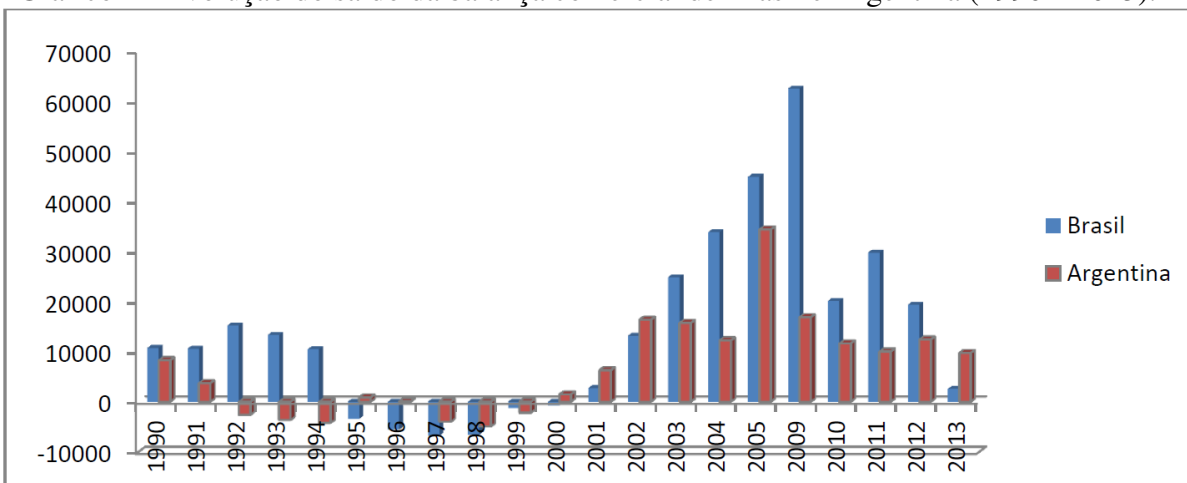
É perceptível a evolução da participação do comércio exterior na composição do PIB de Brasil e Argentina, com crescimento de quase quatro vezes em comparação com 1990 a 2013, para os dois países.

Fator importante a se considerar é a forte dependência da balança comercial argentina para o produto do país, o qual registrou no início da década de 2010, valores próximos a 30% da composição total das riquezas do país.

Há proporcionalidade entre a evolução da abertura comercial entre os dois países, sendo mais considerável principalmente a partir da década de 2000.

Convém analisar o comportamento da balança comercial para melhor visibilidade em relação aos ganhos da abertura comercial apresentada no período.

Gráfico 2 - Evolução do saldo da balança comercial de Brasil e Argentina (1990 – 2013).



Fonte: Elaboração própria com base em INDEC; MDIC (2014).

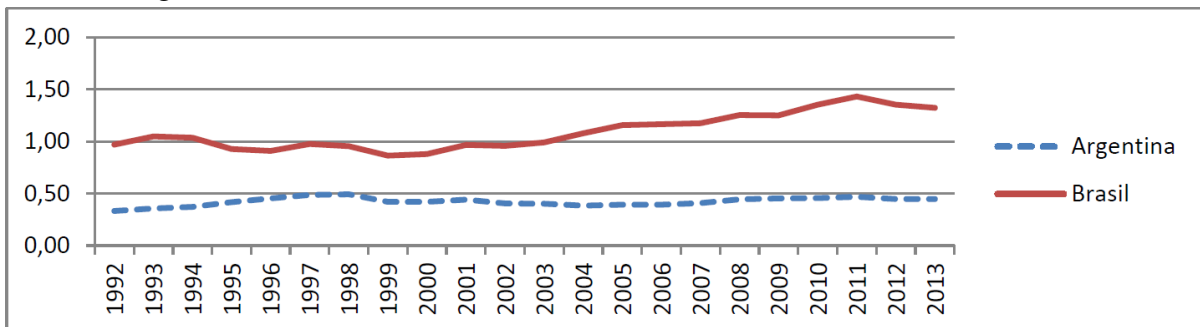
³ Os dados referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010 não foram disponibilizados. No entanto, não interferem na análise das informações, considerada a importância da tendência apresentada nos anos expostos.

É destacado o comportamento negativo do saldo comercial dos dois países, principalmente a partir de meados da década de 1990, quando apresentaram significativa abertura comercial. Pode-se admitir, por conseguinte, que a abertura indicou muito mais entrada de produção estrangeira nos países que escoamento de suas produções em cadeia global ou regional.

É visível a partir dos anos 2000 tendência crescente do saldo positivo brasileiro, voltando a cair nos anos posteriores à crise financeira de 2008. Comportamento semelhante apresentou a Argentina, porém, sempre com menor significância que o Brasil, exceto pelo ano de 2013.

Atenta-se à baixa participação do comércio brasileiro e argentino nas cadeias globais no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Exportação sobre total das exportações mundiais (em porcentagem):
Brasil e Argentina (1992 – 2013).



Elaboração própria com base em ONU (2014).

Somados, no ano de maior expressão de suas capacidades exportadoras, dentro do período analisado, Brasil e Argentina não alcançam 2% do volume de bens exportados globalmente. Pouco expressivos, para países que demonstraram historicamente intenção de projetar-se como líderes econômicos a nível regional.

Os dados acima indicam, por sua vez, que ambos apresentaram crescimento relativamente similar na participação do comércio global, por volta de 36%. Entretanto, por apresentar volume mais significativo, em termos absolutos, compreende-se a evolução brasileira mais impactante em sua posição comercial que o país vizinho.

Uma razão simples que pode ser admitida é a baixa competitividade apresentada pelos dois países a nível global, apesar de sua posição relativamente consolidada como industriais exportadores, se comparados aos demais países latino-americanos.

Ademais, apesar da evolução pouco significativa, permite-se afirmar o MERCOSUL como bem sucedido em suas ambições de integração, na medida em que promoveu maior abertura comercial entre suas duas principais economias, no período, assim como possibilitou aumento de suas participações nas cadeias globais de comércio, transpassando as metas fechadas adotadas anteriormente nos demais processos de integração, com vistas primordialmente para a América Latina.

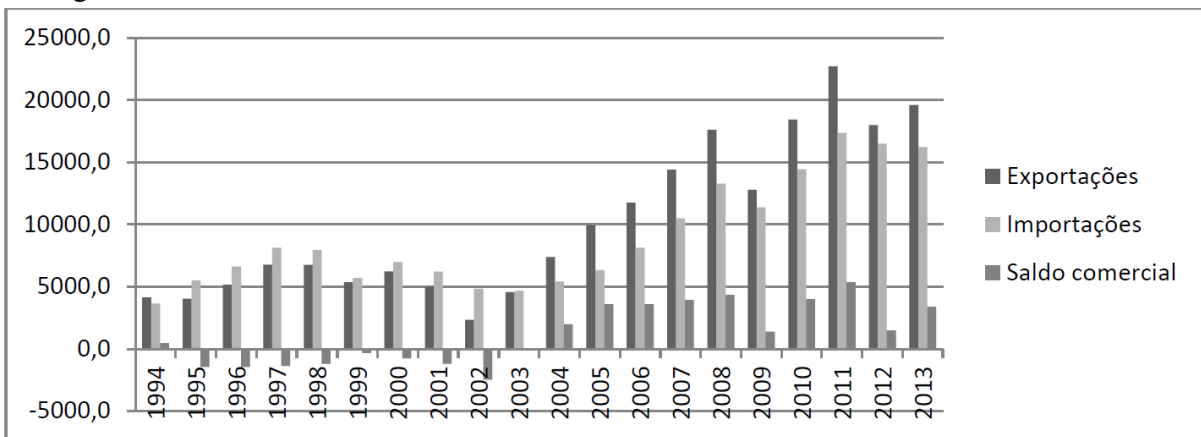
5 Aproximação e interdependência de Brasil e Argentina sob o MERCOSUL

A percepção da integração comercial se dá pela existência, manutenção e evolução da interdependência, ou seja, da complementaridade comercial entre ambos. Entretanto,

inicialmente se faz pertinente o entendimento da abertura comercial entre as duas economias, ou seja, a participação do comércio exterior recíproco na composição do produto de cada país. Para tanto, objetiva-se analisar a balança comercial em saldo entre os dois países, assim como a evolução dos respectivos produtos internos brutos, para por fim expor a abertura comercial entre ambos.

Atenta-se para o Gráfico 5:

Gráfico 5 – Balança comercial brasileira com Argentina (em milhões de dólares) – Brasil e Argentina.



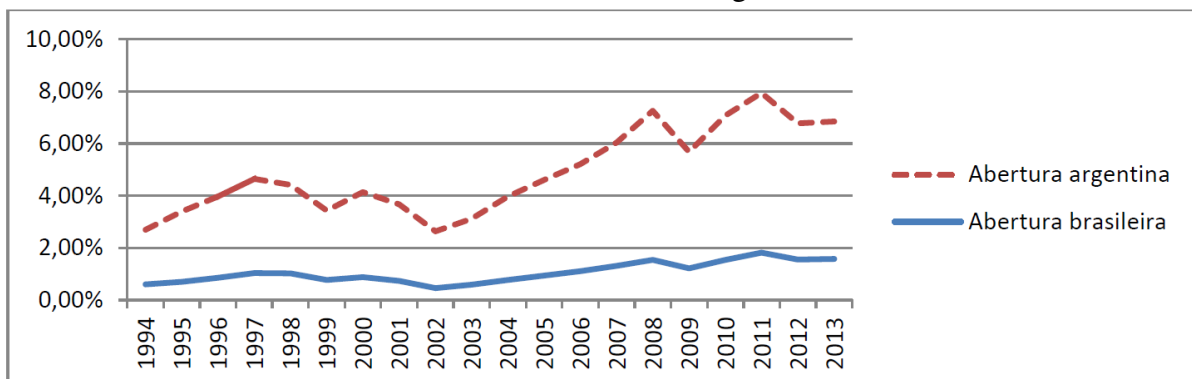
Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2014).

As informações acima sugerem uma grande evolução na corrente de comércio exterior entre os dois países, a qual apresentou volume inferior a 10 bilhões de dólares em 1994, princípios do MERCOSUL, para valores equivalentes a 40 bilhões de dólares, em fins da primeira década dos anos 2000.

Outra percepção possível é que o Brasil apresentou uma sequência negativa de saldos até o início do século XXI, quando a situação se reverteu, muito em função de uma série de crises políticas e econômicas pelas quais passou o país vizinho.

Estabelecida análise referente ao saldo comercial entre os dois países e a evolução de seus produtos, sugere-se análise da abertura comercial entre ambos, como ocorre no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 - Grau de abertura comercial entre Brasil e Argentina: 1994 – 2013.



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL (2014).

Primeiramente, o gráfico revela uma abertura pouco significativa do Brasil à economia argentina, ao passo que este país revela crescente abertura aos mercados brasileiros, com maior dependência argentina em relação ao mercado brasileiro, representando o comércio com este o equivalente à 7% do seu produto, frente a uma participação do comércio argentino em pouco menos de 2% do PIB brasileiro, no fim da primeira década de 2000.

Nota-se uma grande evolução da abertura comercial argentina em relação ao intercâmbio brasileiro principalmente a partir dos anos 2000, em plena crise financeira pela qual passou o país, e em épocas de forte crescimento econômico brasileiro.

Deste modo, permite-se adentrar a discussão acerca da complementaridade comercial entre os dois países.

6 Complementaridade comercial entre Brasil e Argentina

Pautado em Carneiro (2014), afirma-se a existência de complementaridade comercial entre dois países quando há concentração do comércio exterior recíproco no total da balança comercial dos dois países, baseando-se em conceitos de Balassa de vantagens comparativas reveladas e desvantagens comparativas reveladas, que podem ser mensurados pelos índices (IVCR) e (IDCR), respectivamente. Apresentam-se a seguir:

$$IVCR_i^k = \frac{X_i^k / X_i}{X_w^k / X_w} \quad (1)^4$$

$$IDCR_j^k = \frac{M_j^k / M_j}{X_w^k / X_w} \quad (2)^5$$

Há, assim, complementaridade entre a exportação de um bem ou conjunto de bens de um país em relação a outro, quando o primeiro possui vantagem comparativa revelada em tal mercado, e o segundo, respectivamente, desvantagem comparativa revelada.

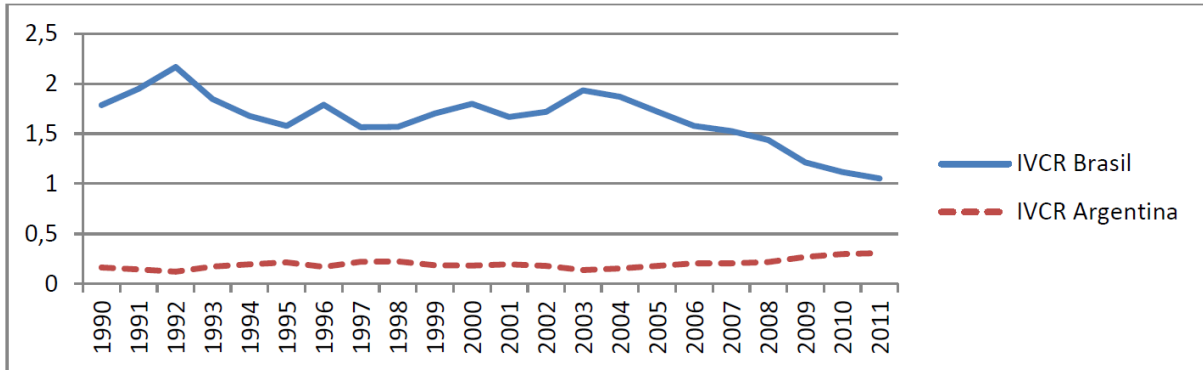
Logo, quanto mais próximo ou acima de 1 o resultado do cálculo dos referidos índices, maior o grau de vantagem (no caso do IVCR) ou desvantagem (IDCR) comparativa revelada.

Analisar-se-á, portanto, as relações de vantagens comparativas reveladas e desvantagens comparativas reveladas para as relações comerciais de Brasil e Argentina, segregando bens em manufaturados ou primários, de modo a perceber como se configura a interdependência na integração comercial entre os dois países e os ganhos advindos de tal processo comercial.

⁴ A razão entre as exportações do produto k sobre o total o total das exportações totais do país i, sobre a participação das exportações globais do produto w, sobre as exportações totais do país.

⁵ A proporção da demanda do país i por importações do referido produto w em relação a suas importações totais, em relação à razão entre a participação desse produto nas exportações globais e o volume global de exportações totais

Gráfico 7 - Índice de vantagem comparativa revelada para o setor de manufaturados: Brasil e Argentina (1990-2011).



Fonte: Elaboração própria com base CEPAL (2014) e ONU (2014).

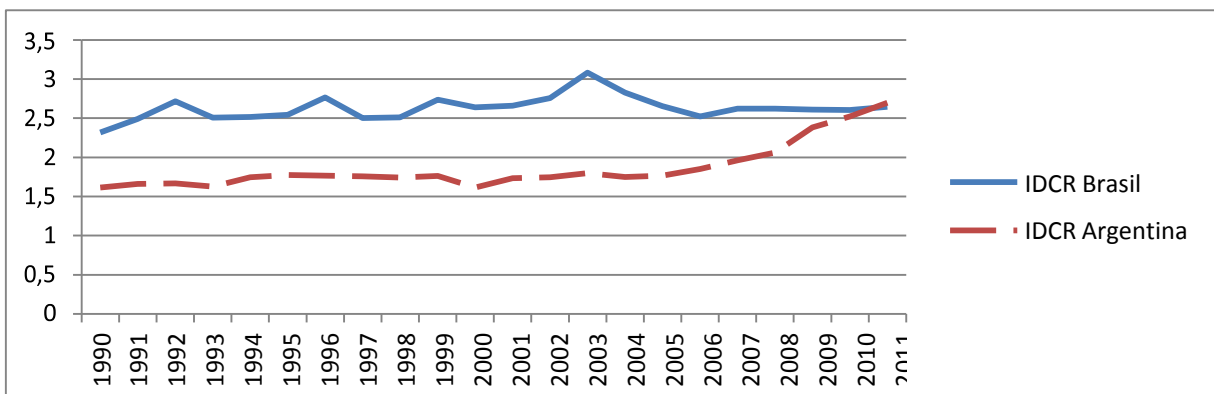
O gráfico sugere forte vantagem comparativa revelada do Brasil em relação a Argentina no setor de manufaturados, mantendo-a, mesmo que em termos decrescentes, ao longo de todo o período analisado.

Atribui-se a inexistência de vantagens argentinas no setor, apesar da compreensão do forte intercâmbio de bens industriais entre as economias. Disso se atribui ganhos na relação comercial brasileira com o país vizinho, como consumidor de seus bens de considerável valor agregado.

Por outro lado, principalmente a partir dos anos 2000, o Brasil apresenta forte tendência decrescente na vantagem, o que aponta para uma perda de competitividade brasileira para com os vizinhos, os quais apresentam leve evolução de seu IVCR para o setor.

Seguem informações referentes às desvantagens de ambos para o setor.

Gráfico 8 - Índice de desvantagem comparativa revelada entre Brasil e Argentina no setor de manufaturas (1990 – 2011).



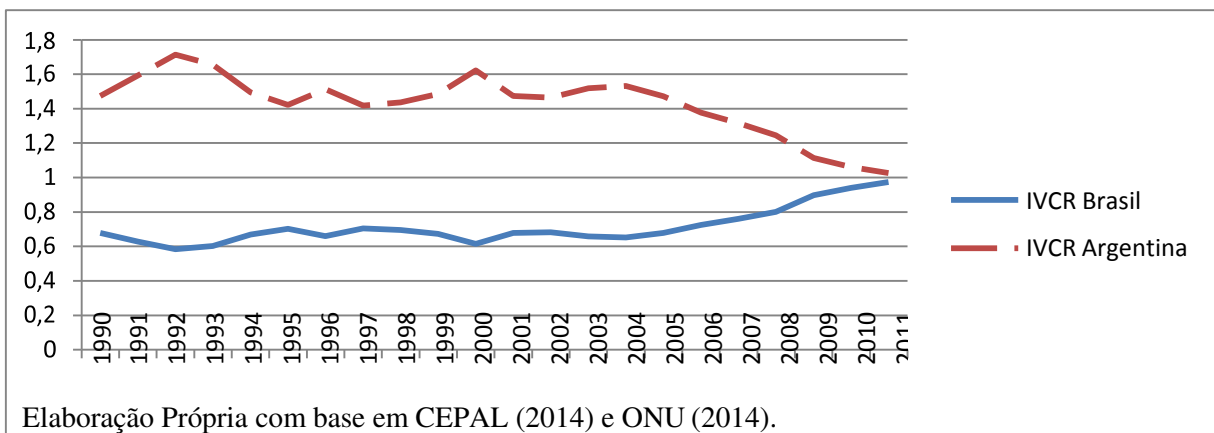
Elaboração própria com base em CEPAL (2014) e ONU (2014).

Ambos apresentaram, conforme exposto acima, considerável desvantagem comparativa revelada para o setor de manufaturados durante as duas décadas abordadas. Enquanto o Brasil apresenta valores relativamente estáveis de grande desvantagem, Argentina apresenta evolução negativa principalmente a partir dos anos 2000, o que aponta

para superação em relação ao índice, em comparação ao país vizinho.

Uma explicação possível para tal comportamento é a perda de relevância ou prioridade dos bens manufaturados entre os dois países, em relação a bens primários, não necessariamente decorrendo da relação bilateral. Faz-se pertinente abordagem acerca do setor de bens básicos, como se sugere no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Vantagem comparativa revelada no setor de bens básicos – Brasil e Argentina (1990 – 2011).



O gráfico acima sugere inversão no posicionamento de Brasil e Argentina no que se refere à competitividade exportadora de bens básicos. Enquanto Brasil que até meados dos anos 1990, como sugere o Gráfico 4, detinha na indústria o correspondente à 40% de seu PIB e também assim apresentava competitividade comercial no setor industrial, com confortável posição de bens manufaturados sobre as exportações totais, apresentando portanto vantagens comparativas reveladas para o setor e por sua vez, desvantagens no setor de bens básicos, a Argentina configurava a desintegração de sua indústria e consolidação como primário exportadora.

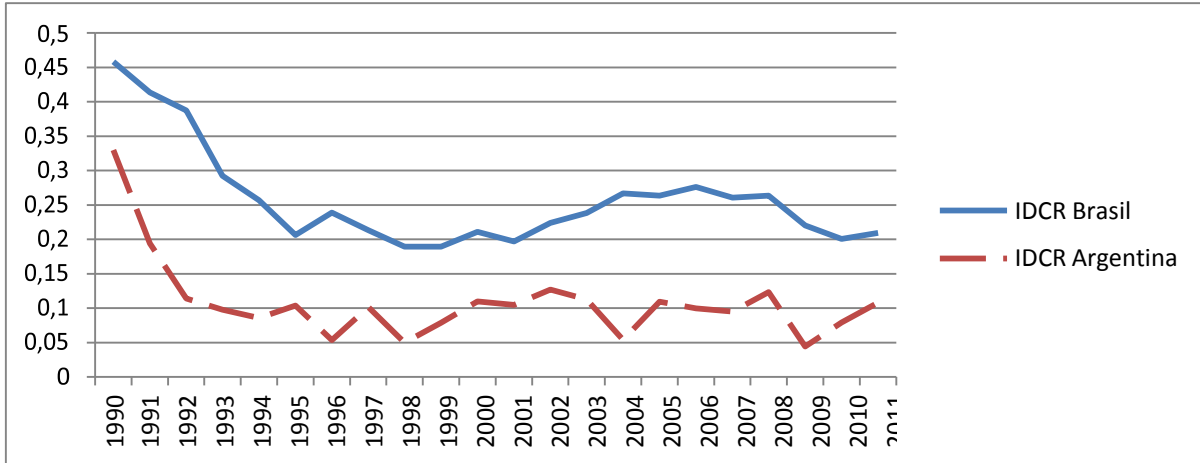
Por outro lado, principalmente a partir do fim do século XX, há um reposicionamento brasileiro no comércio global, transitando para um forte exportador de bens básicos, com forte presença das commodities em sua pauta de comércio exterior (FENELON; NOBRE; ROCHA, 2015). Apresenta, por fim, vantagens comparativas reveladas para o setor primário em fins da primeira década do século XXI.

Bresser-Pereira e Marconi (2009) relacionam a abertura comercial adotada pelos dois países pós 1990 à desestruturação da indústria nacional e consequente perda de peso relativo na pauta de comércio exterior, no caso brasileiro.

A Argentina destaca-se pela variação mais expressiva na sua pauta de exportações, passando de aproximadamente o valor do índice de 1,7 em 1992 para 1,02 em 2011, em nítida configuração primário-exportadora, contrastando com postura construída ao longo da segunda metade do século XX, apesar da tendência declinante dessa configuração.

A seguir, exposição do IDCR para o setor de bens básicos, representado graficamente.

Gráfico 10 – IDCR de bens básicos – Brasil e Argentina (1990-2011).



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL (2014) e ONU (2014).

Os elementos sugerem tendência a diminuição para quase anulação das economias no que diz respeito a demanda por bens primários. Em 1990 com valores pouco mais próximos de 1, percebia-se quase inexpressiva interdependência do setor, o que agravou-se com o período de abertura comercial e estabilizou-se, principalmente a partir do século XXI.

A demonstração de ínfima desvantagem comparativa revelada induz a percepção de que a pauta de comércio de bens básicos dos dois países, apesar de crescente frente as exportações totais, não se voltam ao comércio bilateral, buscando outros mercados como grupos consumidores.

Essa constatação admite duas probabilidades. Primeiramente, a possibilidade de inexistência de mercados para bens primários do parceiro na região, em virtude da pauta de exportação comum. Ou, então, a tendência de solidificação do comércio intra-industrial na região, mantendo a posição agroexportadora como método de assimilação de recursos para fomento e manutenção da indústria nacional. De todo modo, não se faz objeto primeiro desta análise, que busca tão somente a percepção sistemática do grau de aproximação comercial entre as economias de Brasil e Argentina, em seus pontos de vantagem e desvantagem comparativa revelada, entre si.

7 Conclusão

O estudo mostra que a ALALC foi a primeira experiência histórica de integração comercial entre Brasil e Argentina ocorrida pós 1945. A Argentina, pela inexistência de um mercado interno expressivo, beneficiou-se mais do processo de integração como via de escoamento de sua produção industrial, se comparada ao Brasil, que apresentou menor abertura aos países da região. A ALADI, por sua vez, surge como evolução institucional da organização anterior, como base para constituição de Acordos de Alcance Parcial o que possibilitou a aproximação de países com economias relativamente simétricas e interesses regionais comuns. Partindo disso, institucionaliza-se o MERCOSUL, que se mostra como o mais bem sucedido processo de integração comercial entre os dois países. Destacou-se, contudo, a aproximação e interdependência entre os dois países e tendência a complementaridade em suas balanças comerciais.

Da análise final, pode-se inferir a existência de complementaridade comercial no setor

industrial, com ganhos comerciais para o Brasil que apresenta maior competitividade no setor, mesmo que em tendência declinante. A característica marcante agroexportadora argentina, com pouca relevância de bens manufaturados em sua pauta de exportação geral, garante desvantagens comerciais em relação ao comércio brasileiro, que garante no mercado argentino vantagens comparativas reveladas para sua indústria declinante.

Por sua vez, há inexistência de complementaridade comercial entre ambos no setor de bens primários ou básicos, em decorrência da ínfima participação destes no intercâmbio geral de bens. Dada a sujeição de ambos ao posicionamento primário exportador, admite-se que o comércio recíproco é pautado em trocas industriais, o que condiz com a afirmação da positividade da manutenção do comércio entre os países, para o escoamento da produção industrial brasileira.

Referências

ALMEIDA, P. R. de. A Formação da Diplomacia Econômica do Brasil. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Scielo, 1999.

ARRAES, V. A Difícil Integração dos Países do Cone Sul. In: **Meridiano 47**, vol. 12, Brasília: UnB, 2011.

BARBOSA, R. **MERCOSUL e a Integração Regional**. São Paulo: Fundação Memorial, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Doença holandesa e desindustrialização. **Valor econômico**, 25 nov. 2009. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustria_li_zacao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015

CARNEIRO, F. L. Complementaridade Comercial entre Brasil e China. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília: IPEA, 2014;

CAVLAK, I. A ALALC como auge da integração latino-americana no século XX. In: **História: Debates e Tendências** v – 12, n. p. 38-59, 1, jan./jun. Passo Fundo: Editora/UFP, 2012.

DATHEIN, R. Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods. In: **Soc. bras. Economia Política**, nº 16, p. 51-73. Rio de Janeiro, 2005.

FAUSTO, B; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: 34, 2004.

FENELON, J. P. F; NOBRE, E. N. M; ROCHA, A. M. da. Indústria de Transformação no Brasil: atual cenário e perspectivas para os próximos anos. In: **Informe Econômico**, n. 34, ano XVII. Teresina: Edufpi, 2015.

GRANATO, L. As Relações Bilaterais Argentino-Brasileiras no Quadro da Integração

Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. In: **Revista Caderno de Estudos Sociais e Políticos**, v.1, n.2, p. 69-95. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

KAPLAN, M. *Problemas del desarrollo y de la integración en América Latina: ensayo*. Vol. 2. Caracas: Monte Avila Editores C.A., 1968.

PRAZERES, T. A Integração Sul-Americana: uma ideia ainda fora do lugar? In: **O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI**. Brasília: FUNAG: IPRI, 2006.

PRAZERES, T. L. **Sistema multilateral de comércio e processos de integração regional: complementaridade e antagonismo**. Brasília: Unb, 2007.

PREBISCH, R. *El Mercado Común Latinoamericano*. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/477/4/RCE4.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

SABBATINI, R. Multilateralismo, regionalismo e MERCOSUL. **Internacionalização produtiva da indústria brasileira nos anos 1990**. São Paulo FAPESP, 2001.

SCHMITZ, A. R. **Uma análise da criação e desvio de comércio do Brasil para os casos do MERCOSUL e Estados Unidos**. Ijuí: UNIJUÍ, 2010.

SEITENFUS, R. A. S. **A Cooperação Argentino-brasileira: Significados e perspectivas**. São Paulo: Lua Nova, 1989.